

Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas

Milena Polsinelli Rubi

Como citar: RUBI, Milena Polsinelli. Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas. *In:* LEIVA, Isidoro Gil; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 171-183.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-199-7.p171-183>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 7

PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS

Milena Polsinelli Rubi

INTRODUÇÃO

As bibliotecas universitárias assistem e assimilam as inovações tecnológicas, prova disso são seus catálogos que antes locais e restritos agora se tornaram disponíveis através da Internet, atravessando fronteiras geográficas, e funcionando como verdadeiras vitrines das bibliotecas.

Essa dimensão assumida pelo catálogo deve fazer com que o bibliotecário assuma uma nova responsabilidade pautada em compromisso com a construção de catálogos condizentes com a realidade não somente de sua comunidade usuária local, mas também de uma comunidade usuária potencial virtual, cada vez mais exigente.

Na organização da informação durante a elaboração dos catálogos cooperativos de bibliotecas, fica evidente sua despersonalização uma vez que esses catálogos são formados, em sua maior parte, por um agrupamento de registros oriundos de outras instituições com características, objetivos e usuários diversos. Sabemos que, durante o tratamento da informação, a descrição das características físicas de um mesmo documento não apresentará variações de uma instituição para outra. Porém, a representação dos assuntos dos documentos deverá ser alterada tendo em vista as características, os objetivos e os usuários de cada biblioteca.

Acreditamos que a política de indexação deva servir como subsídio para a organização do conhecimento no catálogo, atuando como guia para

o bibliotecário no momento da determinação dos assuntos dos documentos descritos nesses registros. Além disso, garantiria a personalização do catálogo de cada instituição e a individualização da recepção da informação pelo usuário, uma vez que ele estaria contemplado por meio dos assuntos designados para representação dos documentos.

Tendo em vista a importância da política de indexação na construção do catálogo, apresentamos nesse capítulo uma proposta para elaboração de política de indexação que sirva como um guia norteador para auxiliar o profissional indexador/catalogador na tomada de decisões que deverá ser feita durante o processo de indexação/catalogação de assunto. Nosso objetivo é auxiliar nos propósitos práticos do dia-a-dia dos bibliotecários que atuam nas seções de tratamento da informação documentária das bibliotecas universitárias, sendo esse o nosso público-alvo.

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NO TRATAMENTO TEMÁTICO DA INFORMAÇÃO

Na biblioteca, a organização da informação ocorre de duas maneiras: por meio do tratamento de forma e de conteúdo. Embora operacionalmente diferentes, são dependentes um do outro, uma vez que na biblioteca, o formato descritivo utilizado é o catalográfico, a maioria em MARC21, que contera o resultado das operações de tratamento de forma (autor, título, edição, casa publicadora, data, número de páginas etc.) e de conteúdo documentário (o número de classificação, obtido pela classificação, os cabeçalhos de assuntos determinados pela indexação e, em alguns casos, o resumo derivado da elaboração de resumo).

Autores como Milstead (1983), Fiúza (1985), Naves (2002), Lancaster (2004), Silva e Fujita (2004), Robredo (2005), Dias e Naves (2007) reconhecem a indexação e a catalogação de assuntos como conceitualmente equivalentes. Essa situação pode ser explicada pelo desenvolvimento de cada um dos processos no decorrer do tempo fazendo com que surgissem várias concepções para os termos.

Fica claro que a catalogação de assuntos está essencialmente ligada à construção de catálogos de bibliotecas e a indexação à construção de índices de bibliografias em serviços de informação bibliográficos que produzem bases de dados.

No entanto, a tendência é que os catálogos comecem a atuar como verdadeiras bases de dados. Acreditamos que isso se deve a dois fatores: a dimensão que a Internet deu aos catálogos das bibliotecas, uma vez que agora eles estão disponíveis sem fronteiras espaciais e temporais, permitindo ao usuário acessá-lo de qualquer lugar a qualquer hora; e a exigência cada vez maior do

usuário em querer que os catálogos atuem como verdadeiras bases de dados, oferecendo especificidade, rapidez e *hiperlinks* a textos completos.

Acreditamos que o termo indexação deva ser assumido também para designar o tratamento temático realizado durante a catalogação em bibliotecas universitárias. Entretanto, a mudança de nome não será suficiente se não vier acompanhada de filosofia e objetivos bem definidos descritos na política de indexação da biblioteca, a exemplo do que ocorre com os serviços de indexação.

Consideramos, portanto, que o bibliotecário que faz a catalogação do documento deva ter consciência sobre a importância de sua atuação também na representação do assunto, apresentando uma postura compromissada semelhante à de um indexador que trabalha na produção de bases de dados.

Dessa forma, torna-se necessário um comprometimento entre as esferas administrativas e técnicas da biblioteca. Ambas devem ser responsáveis pelo reconhecimento da importância da elaboração de política de indexação no nível global, com diretrizes comuns a toda a rede, e no nível local, onde cada biblioteca, de acordo com as áreas de atuação, os cursos que atendem e as necessidades dos usuários possa estabelecer critérios de política que correspondam à sua realidade.

Acreditamos que a indexação só será realizada na biblioteca durante o tratamento da informação documentária por meio de decisão política bem determinada, que reflita os objetivos, a filosofia e os interesses da instituição a qual está vinculada, da própria biblioteca e do usuário.

Além de todos aqueles aspectos que visam o delineamento de uma política que norteie os procedimentos do indexador visando a recuperação da informação, existe outro que é de fundamental importância e que também merece estudos mais elaborados e direcionados: o usuário. Sobre isso, Gonçalves (2008) visa estabelecer critérios para o estudo da percepção dos usuários quanto à utilização dos catálogos *on-line*.

Acreditamos, portanto, que a política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa das bibliotecas universitárias representada por meio de uma filosofia que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa. Além disso, a política de indexação deve estar descrita e registrada em manuais de indexação para que possam ser constantemente avaliadas e modificadas, se preciso.

Assim o manual de indexação deve ser elaborado pelas seguintes razões: amplitude da rede de bibliotecas, uma vez que sua filosofia é reunir em um único

catálogo os registros bibliográficos de todos os acervos; complexidade da tarefa de indexação e a necessidade de uniformização de seus procedimentos por parte de todas as bibliotecas cooperantes; registro dos procedimentos adotados para que, em caso de novo funcionário, a indexação possa continuar sendo realizada da mesma maneira.

O manual de indexação deve integrar o rol de documentação oficial de uma biblioteca, estar descrito em ordem lógica de etapas a serem seguidas para a análise de assuntos, fornecer as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do indexador e, principalmente, conter os elementos constituintes da política de indexação adotada por um sistema de informação. Portanto, o manual de indexação é um dos meios pelo qual a política de indexação de um sistema de informação poderá ser observada. Ele deve ser uma composição de três tipos de manuais:

1. Manual de operação ou procedimentos: pois ele deve descrever a atividade de indexação, dar instruções sobre a realização dessa tarefa e proporcionar métodos que possibilitem sua execução de maneira uniforme;
2. Manual de política: o manual deve apontar diretrizes sobre as políticas a serem seguidas pelos indexadores no momento da indexação, coordenando, assim, esforços de todas as bibliotecas cooperantes;
3. Manual de organização: deve servir como um repositório das experiências acumuladas dos indexadores mais antigos, a serem aproveitadas para facilitar a aprendizagem pelos mais novos, podendo, com isso, constituir-se num manual de consultas.

PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CATÁLOGOS COOPERATIVOS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Tendo em vista a literatura da área sobre política de indexação e os resultados obtidos com as análises dos protocolos verbais (RUBI, 2008; FUJITA, RUBI; BOCCATO, 2009), apresentamos nossa proposta de diretrizes para a elaboração de uma política de indexação para construção de catálogos cooperativos em bibliotecas universitárias.

A política de indexação deve ser compreendida como uma decisão administrativa objetivando a gestão da informação registrada de modo a dar visibilidade, na recuperação da informação, para as bibliotecas universitárias. Essa decisão deve ser representada por meio de uma filosofia que reflita os objetivos da biblioteca, identificando condutas teóricas e práticas das equipes envolvidas no tratamento da informação da biblioteca para definir um padrão

de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa.

A elaboração da política de indexação comporta três fases: *preparação, desenvolvimento e avaliação*.

1 PREPARAÇÃO

Antes da implantação da política de indexação, os seguintes aspectos devem ser observados:

- A organização à qual a biblioteca estará vinculada, determinando o contexto onde estará inserida. Recomenda-se a elaboração de um organograma.
- Identificação dos usuários:
- Áreas de interesse, níveis de experiências, atividades que exercem volume e características das questões propostas pelos usuários. Recomenda-se a realização de um estudo de usuários.
- Infraestrutura:
- Recursos financeiros para criação e manutenção da biblioteca em todo seu funcionamento;
- Recursos materiais e físicos necessários para o atendimento à comunidade usuária;
- Recursos humanos: número de pessoas suficiente e qualificação adequada para cada serviço a ser realizado.

Além disso, as seguintes questões devem ser respondidas, configurando um caráter estratégico à elaboração da política de indexação:

- Para quem a política é direcionada?
- Quais os limites de sua aplicação?
- A política deveria ser publicada?
- Deveria incluir o histórico da política?

2 DESENVOLVIMENTO

Depois de verificadas todas as condições de preparação para o desenvolvimento da política de indexação, esta etapa composta de decisões e diretrizes deverá corresponder aos objetivos e à filosofia da biblioteca, da organização na qual está inserida e dos usuários atendidos.

A política de indexação é composta por decisões que devem contemplar três aspectos: indexação, linguagem e sistema de recuperação da informação.

1 INDEXAÇÃO

Este tópico é composto por:

- *Capacidade de revocação e precisão do sistema*

Este aspecto diz respeito à recuperação da informação na base de dados, no âmbito da exaustividade, revocação e precisão. Uma vez relacionadas, quanto mais exaustivamente um sistema de informação indexa seus documentos, maior será a revocação (número de documentos recuperados) na busca e, inversamente proporcional, a precisão será menor.

Observamos que a alta revocação, ou seja, a recuperação de um grande volume de documentos está ligada à baixa precisão dos termos designados para representar seus assuntos. Isto é, durante a catalogação, os assuntos dos documentos são representados de maneira mais geral, muitas vezes não correspondendo à especificidade que trata o documento.

Dessa forma, no momento da recuperação da informação fica evidente a insatisfação do usuário diante do grande volume de documentos, sendo que a maioria não corresponde à sua necessidade informacional, fazendo com ele perca tempo selecionando aquilo que realmente o interessa.

A decisão política a respeito da capacidade de revocação e precisão do sistema de recuperação da informação está fortemente ligada a questões de especificidade e exaustividade.

- *Especificidade*

Este item refere-se ao nível de especificidade que tanto a linguagem documentária quanto a unidade de informação permitem ao bibliotecário catalogador ser específico na determinação de um assunto de um documento.

A tendência geral entre as bibliotecas é representar o assunto dos documentos no nível mais geral, fazendo com que haja uma alta revocação, ou seja, a recuperação de um grande número de documentos. Nesse caso, a precisão não será contemplada, exigindo do usuário um esforço maior de seleção do material recuperado que atenda diretamente suas intenções de busca.

A decisão política que envolve a questão da especificidade está muito ligada à questão da revocação e precisão, que vimos anteriormente, e

com a exaustividade, que veremos a seguir. Todas elas devem ser pensadas conjuntamente de modo a definir o perfil do catálogo da biblioteca, se ele será mais específico, garantindo uma maior precisão na recuperação, ou se ele será mais exaustivo aumentando a revocação do sistema.

Além disso, a política de indexação pode definir qual o nível de especificidade sobre o qual um documento será representado, tendo em vista, principalmente os cursos atendidos pela biblioteca.

- *Exaustividade*

Este aspecto refere-se à medida de extensão em que todos os assuntos presentes em um documento são identificados e selecionados durante a leitura documentária e traduzidos na linguagem utilizada.

Assim como os aspectos de revocação, precisão e especificidade, essa decisão política tem influência direta sobre três aspectos: o trabalho do bibliotecário, a rede de bibliotecas como um todo e a recuperação da informação

A falta de um limite de termos ou mesmo de uma filosofia em que o bibliotecário possa se basear no momento da identificação e da seleção dos assuntos faz com que cada profissional adote critérios diferentes gerando disparidades na catalogação.

Uma decisão política seria determinar um número mínimo e um número máximo de descritores tendo em vista, por exemplo, a tipologia documentária (livros, teses, dissertações etc.) e o nível de especificidade e exaustividade pretendido pela biblioteca.

- *Formação do indexador*

Este item diz respeito ao tipo de formação inicial e continuada que se espera do profissional que vai fazer a indexação na biblioteca.

Observamos a necessidade de cursos específicos voltados para a área de indexação e para as áreas atendidas pela comunidade usuário para que o bibliotecário conheça mais a respeito dos assuntos específicos com os quais trabalha e sobre a terminologia mais utilizada pelos usuários.

Sobre isso, Almeida (2007) apresenta interessante proposta para a formação em serviço como prática de educação continuada para bibliotecários catalogadores de bibliotecas universitárias.

- *Procedimentos relacionados à indexação*

Este aspecto diz respeito à descrição de como deve ser realizada a leitura documentária com fins à indexação, como por exemplo, recomendações sobre quais as partes do documento que devem ser lidas e quais aquelas que devem ser evitadas.

A política de indexação deve indicar e detalhar todos os procedimentos que devem ser realizados durante o processo de indexação, quais sejam: análise, síntese e representação. A descrição dos procedimentos permitirá que um padrão mínimo seja seguido por todas as bibliotecas que cooperam com o catálogo, auxiliando os bibliotecários e atuando também como um instrumento de formação em serviço.

A seguir, uma sugestão de procedimentos, de acordo com a Norma ABNT 12676:

análise: leitura e segmentação do texto para identificação e seleção de conceitos;
 síntese: construção do texto documentário com os conceitos selecionados;
 representação: por meio de linguagens documentárias.

Outra sugestão é resultado de estudos do grupo de pesquisa “Análise Documentária”. Constitui um modelo de leitura para indexação de textos científicos (FUJITA; RUBI, 2006). Esse modelo é composto por um manual explicativo, contendo instrução de leitura dividida em três procedimentos:

- Exploração do conhecimento da estrutura textual;
- Identificação de conceitos;
- Seleção de conceitos.

A primeira parte indica que a exploração deve ser feita por meio de localização, no texto científico, das partes que o compõe e do conteúdo pertinente de cada uma dessas partes do texto.

A seguir, a identificação dos conceitos deve ser feita mediante exploração da estrutura textual, relacionando as partes do texto, com seu conteúdo pertinente e os conceitos expressos nesse conteúdo. Além disso, apresenta um questionamento a ser feito ao texto científico cujas respostas implicarão em uma análise do documento e dará origem à seleção de termos.

1. O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?
2. O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?
 - 2.1 o objeto identificado pode ser considerado como parte de uma totalidade?
 - 2.2 o objeto identificado possui características ou atributos particulares?

3. O documento possui um agente que praticou esta ação?
4. Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?
5. A ação, objeto e agente são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?
6. Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?

Finalmente, a seleção dos termos deve ser feita tendo em vista a comunidade usuária e a linguagem documentária utilizada promovendo a garantia de uso do documento.

- *Manual de indexação (elaboração/utilização)*

Este tópico tratará da elaboração e utilização de manuais de indexação pelos bibliotecários.

Deve ser uma decisão política das bibliotecas cooperantes a elaboração de um manual que contemple a questão do tratamento temático da informação, no que diz respeito aos seus procedimentos, a sua filosofia e suas diretrizes, que possa guiar o bibliotecário durante seu serviço.

Além disso, esse manual deve servir para alertar sobre a ação da indexação na catalogação, criar um padrão também para o tratamento temático, atuar como instrumento de formação em serviço para o bibliotecário, sistematizar e registrar as decisões sobre a política de indexação permitindo que ela seja constantemente avaliada e, se preciso reformulada tendo em vista os objetivos da instituição e da comunidade usuária.

O manual deve conter todos os tópicos descritos nesta proposta.

2 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Este tópico é composto por:

- *Escolha da linguagem*

Em linguagem documentária utilizada como padrão para o campo de assunto controlado, não há necessidade de utilizar outra linguagem e outro campo de assunto.

No entanto, a iniciativa da utilização de uma linguagem complementar é válida, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos bibliotecários no momento da indexação e pelos usuários na recuperação da informação.

- *Consistência/ Uniformidade*

Este tópico trata da forma como um mesmo assunto deve ser analisado conceitualmente e traduzido da mesma maneira, sendo o tamanho do vocabulário utilizado e o número de conceitos representados fatores que afetam a consistência e a uniformidade.

Uma decisão política seria a adoção de critérios que padronizassem a utilização das mesmas linguagens documentárias complementares para bibliotecas que atendem cursos semelhantes.

Além disso, a política de indexação deve definir qual o nível de especificidade sobre o qual um documento será representado, tendo em vista, principalmente os cursos atendidos pela biblioteca.

- *Adequação*

Este aspecto está relacionado à habilidade do bibliotecário catalogador em determinar o assunto do documento e traduzi-lo adequadamente para o vocabulário controlado.

Deve haver um esforço do bibliotecário no que diz respeito à representação adequada do conteúdo do documento. No entanto, isso às vezes não ocorre, cabendo ao usuário, geralmente especialista no assunto, auxiliar o bibliotecário nessa tarefa.

Além disso, a linguagem documentária desatualizada e generalista contribui para que a indexação feita pelo bibliotecário não corresponda realmente ao assunto designado.

A decisão sobre qual linguagem utilizar e em qual momento diminuiria as incoerências cometidas durante esse processo no que diz respeito à representação adequada do assunto do documento.

Este item está fortemente relacionado aos outros dois anteriores.

3 SISTEMA DE BUSCA E RECUPERAÇÃO POR ASSUNTO

Esse tópico é composto por:

- *Avaliação*

Este item diz respeito à avaliação do sistema de recuperação da informação feita pelo bibliotecário com o objetivo de determinar o grau de satisfação dos usuários no uso.

A utilização de um *software* para recuperação da informação em um catálogo *on-line* deve ser preocupação da política de indexação nas questões relativas à interface de busca que permita a organização da informação e a interatividade entre o usuário. Além disso, devem ser pensadas formas de sua avaliação com possibilidade de ajustes de acordo com as opiniões dos bibliotecários e usuários.

- *Campos de assunto do formato MARC*

Consideramos que a política de indexação deve indicar quais campos e sub/campos do registro bibliográfico deverão ser considerados para a construção de um catálogo. No caso do formato MARC 21, são os campos 650 e 690 que dizem respeito ao assunto controlado e o campo de assunto livre, respectivamente.

Uma decisão política deve apresentar regras padronização e controle do campo 650, como a utilização de uma linguagem documentária única para todas as bibliotecas cooperantes do catálogo.

Sobre o controle do campo 690, essa deve ser uma decisão que deve ser tomada em conjunto por todas as bibliotecas, levando em consideração características particulares de cada uma. Uma sugestão seria a utilização de uma linguagem documentária auxiliar específica para cada área do conhecimento. Por exemplo, o vocabulário Descritores em Ciências da Saúde (DeCs) para a Odontologia, o Tesouro Brasileiro da Educação (BRASED), Tesouro em Engenharia Civil (Ministério da Educação).

- *Capacidade de consulta a esmo (browsing)*

Este aspecto diz respeito à interface de busca dos sistemas utilizados para a recuperação da informação, principalmente sobre a estrutura temática que os organiza.

Uma decisão política seria permitir a visualização da linguagem adotada pelo sistema de recuperação da informação pelo usuário no momento da busca. Dessa forma, o usuário poderia conhecer a estrutura hierárquica do assunto que procura, podendo ir do mais genérico ao mais específico, garantindo melhor relevância nos resultados de sua pesquisa

- *Estratégia de busca*

Este tópico deve ser pensado dentro de uma política de indexação de forma a definir se a busca no sistema será feita pelo bibliotecário ou pelo próprio

usuário. A forma como o usuário fará a busca (se ele mesmo ou um bibliotecário) está muito relacionada com a forma de organização das informações no sistema de recuperação da informação, conforme visto na categoria anterior.

Uma forma de auxiliar o usuário (e o bibliotecário) no momento da recuperação da informação é a disponibilização da linguagem para que o usuário faça a consulta, verifique as opções do sistema de recuperação da informação e decida pelo termo que melhor represente sua necessidade de busca.

- *Forma de saída dos dados*

Este item diz respeito ao formato de apresentação dos resultados de busca aos usuários e qual a influência disso quanto à precisão dos resultados.

Para melhoria na recepção pelos usuários dos resultados de busca, apresenta-se como sugestão a separação dos itens bibliográficos de acordo com sua tipologia, a opção de ordenação por data (do mais recente para o mais antigo e vice-versa), por ordem alfabética de autor ou de título. Além disso, poderia haver a opção sobre os formatos de apresentação dos resultados, como em fichas catalográficas, referências, formato MARC21 completo ou resumido.

4 AVALIAÇÃO

Em continuidade, é preciso realizar a avaliação da política de indexação a partir da intervenção na realidade aplicando a proposta de diretrizes para a elaboração de uma política de indexação para construção de catálogos, de modo a elaborar um modelo para avaliação dessa política de indexação proposta e já implantada. Esse modelo de avaliação de política de indexação será discutido pela equipe da biblioteca para indicação de ajustes e melhorias e também para completar a proposta de diretrizes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização da teoria sobre política de indexação forma um conjunto que permite aos bibliotecários a visão da sua realidade, a reflexão sobre sua ação de indexação e o significado que essa reflexão pode trazer ao seu dia-a-dia, representando um impacto direto na mudança de ações e postura frente a novos desafios que lhes são colocados todos os dias.

Pretendemos de certa forma, fazer essa ligação entre a teoria e prática, levando os conceitos teóricos ao contexto de trabalho do bibliotecário e mostrar

para os teóricos o quão distante está a literatura que está sendo produzida da prática real.

Sabemos que uma mudança de comportamento e de valores não ocorre rapidamente. Porém, acreditamos que é nossa função levantar a questão e trabalhar para que essa mudança aconteça principalmente nas novas gerações de bibliotecários.